

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Nos dias vinte e nove e trinta de março de dois mil e vinte e um, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a 45ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao Desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública, tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública.

1) Apresentação e manifestações dos participantes.

Participantes da reunião preparatória à 45ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 29/03/21 − Horário: 13h38 às 16h28.

Adenísio Álvaro Souza (CGU), Aloísio Soares (Ramboll/MPF), Chander de Freitas (AGERH), Fabiano Louzada (Auditor SECONT/ES), Gabriela Artiles (FGV/MPF), Ivanéia Borges (Comunidade Quilombola de Degredo), João Luiz Paste (IJSN), Marcos Ortiz (Ramboll/MPF), Marta Zorzal (UFES), Milena Paraiso (SEAMA), Mirian Porto (SECONT), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Soraya Benetti (FLACSO), Valdênia Souza (CGU), Verônica Coutinho (SEGOV/MG), Walquíria Soares (IEMA) e Yasmin Siqueira (ATI ASPERQD).

Participantes da 45ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 30/03/21 - Horário: 13h38 às 18h47.

Aloísio Soares (Ramboll/MPF), Ana Carolina Maciel (Renova), Carolina Berg (EY), Caroline Braga (FLACSO), Chander de Freitas (AGERH), Christian Souza (Renova), Cláudia Laureth (FLACSO), Gabriela Artiles (FGV/MPF), Gabriela Saville (SEPLAG-Comitê Gestor Pró Rio Doce), Iara Morena (Renova), Ivanéia Borges (Comunidade Quilombola de Degredo), João Luiz Paste (IJSN), Juliana Rocha (Renova), Karine de Oliveira (Renova), Luciana Souza (Comissão de Atingidos de Regência), Manoela de Carvalho (SEPLAG-Comitê Gestor Pró Rio Doce), Marcos Ortiz (Ramboll/MPF), Margarete Saraiva (SEAMA), Maria Luciana Gonçalves (Ouvidoria), Mariana Melo (Renova), Milena Paraiso (SEAMA), Mirian Sacramento (SECONT), Paula Vieira (Renova), Pedro Strozenberg (Ouvidor), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Soraya Benetti (FLACSO), Verônica Coutinho (SEGOV/MG), Walquíria Soares (IEMA) e Yasmin Siqueira (ATI ASPERQD).

Após a apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

2) Apresentação da 2ª Suplente da Coordenação da CT-PDCS, Verônica Coutinho.

Discussão

O coordenador deu as boas-vindas a Verônica Coutinho, a qual foi indicada pelo Governo de Minas Gerais para exercer a segunda suplência da coordenação da CT-PDCS. Verônica Coutinho, em sua breve apresentação, colocou-se à disposição da CT-PDCS. Manoela Carvalho, que ocupava a 2ª suplência da CT-PDCS, explicou a dificuldade que vinha enfrentando em conciliar as agendas Pró-Brumadinho e Pró-Rio Doce, e se colocou à disposição para continuar contribuindo com a CT.

3) Aprovação de Ata da 44ª da Reunião Ordinária da CT-PDCS.

Discussão

A governança da FR relatou que algumas pessoas da equipe não conseguiram verificar toda a ata. O coordenador solicitou que, havendo algum ponto significativo, a governança da FR se manifestasse até a próxima sexta-feira, caso contrário, a ata seria enviada à SECEX para publicação no site do IBAMA, tendo em vista apreciação e concordância dos membros na Reunião Preparatória.

4) Alteração da data da 46ª RO Pública (extrapauta).

Discussão

O Coordenador consultou os membros da CT e representantes da FR sobre a alteração de data da próxima Reunião Ordinária Pública do mês de abril, passando de 27/04/21 (terçafeira), para o dia 28/04/21 (quarta-feira), tendo em vista mudança no calendário de aulas da Prof.ª Marta Zorzal, na UFES. Alteração de data aprovada, sem objeção.

Encaminha

E-45.1- Alterar a data da Reunião Ordinária Pública do mês de abril para o dia 28/04/21



mento

(quarta-feira), junto à SECEX. Responsável: Secretariado da CT-PDCS. Prazo: Imediato.

5) Atualização sobre andamento das providências e cumprimento dos prazos definidos pela Deliberação CIF n.º 437, de 17/09/2020.

João Paste recapitulou sobre a construção dos itens da Deliberação CIF nº 437 e informou que existe uma série de descumprimentos dos prazos relativos àquela deliberação por parte da FR. Reiterou que foi observada, por parte de membros do CIF, uma cobrança por não ter havido maior agilidade e firmeza desta CT em sugerir ações mais duras em relação aos atrasos inaceitáveis acumulados no PG 35. Salientou o quanto foi ruim receber a proposta de alteração de revisão do programa, com a sugestão de reduzir o prazo do funcionamento do mesmo e consequente encerramento em 2026, tendo em vista que a sociedade ainda não tem à sua disposição nenhum Centro de Informação Técnica relativo ao desastre. Iara Morena compartilhou que estão num momento desafiador do programa, com atrasos que deixam a equipe preocupada, mas que em paralelo a equipe do programa tem trabalhado para iniciar algumas ações, independente dos espaços fixos, sendo o principal desafio de entrega e de cumprimento de prazo por questões externas. lara informou que alguns pontos da deliberação serão concluídos na próxima semana, como o orçamento, e serão encaminhados na próxima semana à CT. Karine Oliveira partilhou que o PG 35 tem como característica a interface necessária com agentes públicos e a sociedade civil e que, em certa medida, isso impacta na execução no cronograma e nos prazos; que estão em tratativas com a Prefeitura de Mariana para a pactuação do termo de cooperação para a disponibilização do espaço fixo do CIT e solicitou o envolvimento da CT nessa ação com a gestão municipal; que está em análise a indicação do Horto Florestal, pela Prefeitura de Governador Valadares, para a implantação do CIT naquela cidade, mas caso não seja compatível com a necessidade e disponiblidade orçamentária do programa, buscarão alternativas de implantação em outro local, em diálogo e consenso com a CT; que está em análise a necessidade de readequação do projeto para incluir a reforma do auditório e banheiros do CIT de Linhares, tendo em vista que o ICMBio sofreu cortes orçamentários do governo federal e não poderá assumir a reforma dos mesmos, o que requer alternativas de solução. Karine realizou a apresentação de PPT evidenciando a linha do tempo dos trâmites realizados para implantação dos CITs de Mariana, Governador Valadares e Linhares. Iara Morena enunciou que algumas entregas da deliberação estão vinculadas às definições de orçamento e do cronograma de cada um dos CITs; que em paralelo estão avançando com o processo de contratação do repositório, precisando iniciar os trabalhos do órgão gestor de curadoria; e que iniciaram os trabalhos de descentralização e itinerância, em dezembro do ano passado com as equipes de território. João Paste expressou que o atraso acumulado é inadmissível; que está estabelecido no TTAC que o CIT deveria ser implantado até o último dia útil de dezembro de 2016 e mantido com recursos da reparação pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da assinatura do referido Acordo; que estamos em 2021 com nenhuma realização ou produção efetiva desse Programa; que, em 2018, a CT reprovou o projeto conceitual e não a estrutura física do prédio da Casa do Jardim, em Mariana, e mesmo assim a FR tomou a decisão, sem diálogo ou justificativas, de interromper aquele projeto e fechar a Casa do Jardim; que parece que tal atitude demonstrou que a FR reconheceu que a Casa do Jardim não cumpria a função de CIT; que o

passado continua sendo carregado, visto que o projeto de revisão do PG 35 traz os custos da reforma executada naquele imóvel; que as contradições de informação observadas em documentos distintos não passam segurança; que os únicos itens da deliberação, que podem ser compreendidos como atendidos, são a entrega da revisão no projeto conceitual e arquitetônico, detalhados para o terminal turístico de Mariana, e respectivo memorial descritivo, e a proposta para a Curadoria. Sobre a ausência dos compromissos celebrados e que permitissem a execução das obras, João Paste questionou como foi contratado um escritório de arquitetura e a realização da despesa, sem tais documentos, ainda não enviados à CT. Enfatizou que todo o processo de estruturação física do CIT parece indicar que as estruturas físicas estão sendo mais valorizadas que o conteúdo do CIT. Luciana

Discussão



Souza questionou o atraso nas entregas por parte da FR e perguntou se existe um cálculo dos custos da parte que caberia ao ICMBio realizar no CIT de Linhares. Rafael Mantarro externou o descontentamento quanto aos atrasos apresentados nas entregas por parte da FR e a descontinuidade do processo de alteração para denominação como Centro de Informação e Memória - CIM. Walquíria Soares questionou sobre o prazo de execução do programa, tendo em vista que o programa não iniciou em 2016 e que efetivamente não tem nenhum CIT funcionando; que, se há um atraso na entrega dos CITs, todo o cronograma precisa ser alterado e atualizado. Iara enfatizou que a parceria com a Prefeitura de Mariana está protocolada há algum tempo, mas ainda não foi firmada; que o programa não se estagnou nas dificuldades encontradas e que já avançaram em viabilizar a contratação do repositório e na estruturação da descentralização e itinerância; que estão aguardando uma avaliação da governança interna sobre a identidade visual. Marcos Ortiz proferiu que a FR sempre fala em alinhamento com a CT, mas que trouxeram surpresas nos documentos, e que ficou decepcionado com a reinterpretação da cláusula de duração do CIT, com a proposta de encurtamento do tempo em 5 anos, quanto à responsabilidade da FR com os espaços físicos e o repositório; que assim, parece ser muito interessante financeiramente para a FR os atrasos nas entregas; que não consegue enxergar boa-fé, pois tivemos reuniões todos os meses e a FR não comunicou que iria reinterpretar a cláusula; que desde 2018 a CT vem solicitando que as informações sejam organizadas; que a área de gestão dos programas da FR, PG 22 e PG 41, já consumiu cerca de R\$ 800 milhões do orçamento e até hoje não existe uma base de dados onde constam informações organizadas em forma de repositório; que foi criada uma Fundação que prometeu aos atingidos e à sociedade acelerar a reparação, e que é vergonhoso não existir um repositório digital; que não vê evidências de avanço no processo de descentralização e itinerância. Marcos concordou que haja notificação e autuação à FR, pelo descumprimento dos prazos estabelecidos na Deliberação CIF nº 437. Sobre a solicitação feita, João Paste se colocou à disposição e pediu a contribuição dos representantes do Comitê Pró-Rio Doce de Minas Gerais, naquilo que for indicado quanto aos entendimentos com a Prefeitura de Mariana. João mencionou que a minuta de Nota Técnica elaborada referente à proposta de revisão do PG 35, será encaminhada ao CIF após discussões com a equipe da FR, na forma da Deliberação CIF nº 465, mas que estas discussões dependem da entrega dos elementos relacionados à identidade visual do CIT; que parece que a FR se aproveitou das disposições da Cláusula 203 do TTAC para remover o compromisso firmado e assinado pela FR, de custear o programa por 10 (dez) anos a partir do funcionamento dos CITs. Sobre o CIT de Linhares, lara informou que provavelmente terão atrasos na definição de alternativa ao compromisso antes assumido pelo ICMBio, tendo em vista os ajustes no orçamento e no projeto e registrou que os os atrasos não foram gerados intencionalmente. Fernanda Carvalho apresentou em PPT os pontos da descentralização e itinerância, a intencionalidade, eixos de atuação, os resultados a médio prazo com o cronograma de março a dezembro de 2021. Aloísio questionou sobre a relação das oficinas de valorização da história das comunidades do PG 35, com previsão no cronograma somente no segundo semestre, com outros programas da FR, a exemplo do PG 12. Iara respondeu que o repositório salvaguardará e acolherá toda produção feita no PG 12; que as ações do PG 12 complementam as ações do PG 35 e que não são conflitantes. Iara partilhou que a equipe não tem a listagem de quantos equipamentos e para onde eles serão destinados, conforme consta no item 1-e, da Deliberação CIF nº 437. Milena questionou que para o cumprimento integral ao item 1-e, da Deliberação CIF nº 437, faltou a apresentação da listagem dos equipamentos, do cronograma e da planilha de custos para implementação em cada unidade. Reforçou que, como o programa é compensatório, é importante que o CIF tenha informação sobre o valor do recurso que será destinado para esse programa. O coordenador pontuou e reforçou todos os itens da Deliberação nº 437, informando que a CT-PDCS considera que os itens a, d, e, f, i e j da Deliberação CIF nº 437 tiveram os prazos descumpridos e/ou não atendimento integral. Milena solicitou que a FR envie à CT as evidências das tratativas

junto à Prefeitura de Mariana, em relação ao CIT. Ana Carolina propôs o envio de todas as

Discussão



Encaminha mento	E-45.4 - Apresentar à CT o detalhamento das despesas realizadas do PG 35, para anuência prévia do CIF, por ser um programa compensatório. Responsável: Equipe do PG 35/FR. Prazo: Imediato
Encaminha mento Encaminha mento	E-45.5 - Apresentar à CT os registros que evidenciem as solicitações de tratativas com a Prefeitura de Mariana sobre o CIT . Responsável : Equipe do PG 35/FR. Prazo : Imediato E-45.6 - Dar ciência ao CIF quanto aos descumprimentos de prazos previstos na Deliberação CIF nº 437. Responsável : CT-PDCS. Prazo : anterior à formação da pauta da
mento	próxima reunião do CIF.

6) Encaminhamentos da 44ª RO: E-44.1- Atualização das informações sobre progressos na articulação de setores da FR para estruturação da plataforma digital descrita na minuta de ata da 44ª RO - ponto 1 do subitem 3.2. Materialização dos PTIs; E-44.2- Atualização das informações sobre progressos na elaboração de proposta de plano de trabalho descrito na minuta de ata da 44ª RO - ponto 1.2 do subitem3.2. Materialização dos PTIs; E-44.3 - Atualização das informações sobre progressos na articulação de setores da FR para estruturação e organização das informações no Portal da Transparência, na forma descrita na minuta de ata da 44ª RO – subitem 3.3; E-44.4 - Finalização e envio da proposta comunicação visual e identidade do CIT; E-44.5 - Manifestação direta à ASPERQD e à Associação de Atingidos da Comunidade Quilombola de Degredo, contendo os motivos e reafirmando a não inclusão de Degredo no fluxo ágil; e E-44.6- Atualização do cronograma e orçamento do CIT Regência.

Discussão

Em relação ao encaminhamento E-44.3 - Atualização das informações sobre progressos na articulação de setores da FR para estruturação e organização das informações no Portal da Transparência, na forma descrita na minuta de ata da 44ª RO - subitem 3.3, Iara Morena apresentou em PPT as tratativas internas para as melhorias elencadas na NT nº 26, referentes ao Portal da Transparência, as áreas da FR envolvidas nas articulações dessas melhorias e os pontos de atenção. Iara mencionou que estão em discussão junto à diretoria, quanto ao entendimento das áreas envolvidas nas articulações; que realizaram a apresentação da pesquisa de usabilidade do Portal da Transparência para as áreas da FR; que estão em construção quanto a definição da proposta de execução dos pontos de melhorias, os respectivos responsáveis dentro da FR, para a elaboração do Plano de Ação, por área, com cronograma e metas, para atendimento às solicitações definidas; e que iniciaram a mobilização das diretorias de gestão e programas para implementação do Plano de Ação. Aloísio fez a observação de que as ações apresentadas deveriam vir acompanhadas de um cronograma detalhado. Ana Carolina disse que o cronograma será finalizado. João Paste ressaltou que a FR deve considerar os prazos limites estabelecidos para as ações nas NTs nº 25 e 26 emitidas pela CT-PDCS. Referente aos encaminhamentos E-44.1- Atualização das informações sobre progressos na articulação de setores da FR para estruturação da plataforma digital descrita na minuta de ata da 44ª RO - ponto 1 do subitem 3.2. Materialização dos PTIs e E-44.2- Atualização das informações sobre progressos na elaboração de proposta de plano de trabalho descrito na minuta de ata da



	44ª RO - ponto 1.2 do subitem3.2. Materialização dos PTIs, lara realizou apresentação
	em PPT e contextualizou sobre o processo de elaboração dos Planos de Ação do PG 06, a
	partir dos alinhamentos realizados no GT-PTI e na NT nº 25. Sobre os Planos de Ação
	Territoriais, lara compartilhou que após a definição da delimitação territorial, a definição
	dos focos de atuação e a articulação com os programas, seriam definidas as ações que
	serão realizadas, em articulação com as comunidades. Apresentou mapa com a proposta
	dos Planos de Ação por território e os próximos passos para realização das entregas e os
	seus prazos. João Paste enfatizou que a delimitação temporal, com perspectiva de ação
	para os próximos três meses, sugerida pela equipe do programa na apresentação, é uma
	agenda curta, não sendo suficiente para plano de ação da reparação integral para cada
	território, conforme estabelecido na NT. Milena sugeriu que as ações dos programas que
	já estão delimitadas sejam atualizadas com mais frequência. João Paste pontuou que a
	necessidade de haver a explicitação dos processos e projetos para cada território, de cada um dos
	programas relacionados para reparação de cada território, está bem evidenciado na NT, e que a
Discussão	delimitação temática de um Plano deve corresponder à reparação integral em todo o
	território. Ana Carolina disse que os entendimentos estavam convergindo e talvez isso não estava
	claro na apresentação, mas que faria a alteração nos textos no PPT apresentado e encaminharia à
	CT. Ressaltou que as delimitações citadas na apresentação não deveriam ser entendidas como
	limitações. Milena ponderou que, em relação aos temas prioritários, a equipe do programa deve levar em conta os temas judicializados; que os planos setoriais sejam considerados, quando a
	mobilização e a territorialização for feita, para que sejam potencializados. Ana Carolina
	apresentou o mapa de atuação de 2020 a março de 2021, evidenciando os temas recorrentes nos
	territórios. Sobre o encaminhamento E-44.5 - Manifestação direta à ASPERQD e à
	Associação de Atingidos da Comunidade Quilombola de Degredo, contendo os motivos e
	reafirmando a não inclusão de Degredo no fluxo ágil, Mariana Melo relatou que foi
	encaminhada uma pílula de <i>Whatsapp</i> aos atingidos da Comunidade de Degredo com os
	devidos esclarecimentos. Yasmin Siqueira confirmou que a comunidade foi contemplada.
	Os encaminhamentos E-44.4 - Finalização e envio da proposta comunicação visual e
	identidade do CIT e E-44.6- Atualização do cronograma e orçamento do CIT Regência,
	foram discutidos no ponto de pauta 5.
Encaminha	E-45.7 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado para as ações de
mento	estruturação de plataforma e da materialização dos Planos Territoriais, conforme NT nº
	25/CT-PDCS. Responsável: Fundação Renova. Prazo: Próxima Reunião Ordinária.
Encaminha	E-45.8 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado com as ações de
mento	melhoria do Portal da Transparência, conforme NT nº 26/CT-PDCS. Responsável :
	Fundação Renova. Prazo: Próxima Reunião Ordinária.
Encaminha	E-45.9 - Apresentar a metodologia da análise de cenários para identificação dos temas
mento	prioritários para a reparação em cada território. Responsável: Fundação Renova. Prazo:
	Próxima Reunião Ordinária.

O coordenador interino João Paste leu os encaminhamentos e agradeceu a presença de todos. A 45ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social encerrou-se às dezoito horas e quarenta e sete minutos.